

Nos tempos do desastre: Itinerários e testemunhos da violência em Mariana, Minas Gerais (Brasil)

Ananda Carvalho Martins¹

O trabalho propõe uma reflexão sobre as violências engendradas com o desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais (Brasil). A partir do entendimento do desastre e da violência como processos que se sobrepõem e deixam marcas na memória, percorro as afetações vividas pelas atingidas e pelos atingidos. Estas transitam pelas atividades da mineradora Samarco antecedentes ao rompimento da barragem, pelas perdas das casas e comunidades e alcançam as mesas de negociação e as esperas e incertezas que a partir dali vigoram. Em seguida, considero o testemunho como possibilidade de restituir o lugar de sujeito a quem a dignidade fora negada e aponto processos de resistência em curso.

Palavras-chave: Desastre Mariana – Rio Doce; violência; testemunho; memória.

1. Introdução

O dia 5 de novembro de 2015 representou uma linha divisória em numerosas biografias. O rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, de propriedade da Samarco (subsidiária da Vale e da BHP Billiton), despejou cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia hidrográfica do rio Doce e atingiu mais de 40 municípios entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no Brasil. Os rejeitos fizeram 19 vítimas fatais, devastaram fauna e flora, desabrigaram comunidades e trouxeram uma série de violações ainda persistentes. Em um quadro marcado pela lentidão dos processos de negociação, pela precariedade das reparações, pelas lacunas no reconhecimento das atingidas e atingidos perante o Estado brasileiro e as empresas responsáveis, proliferam-se violências que denunciam o desastre como um processo que persiste e se agrava com os dias.

¹ Doutoranda em Discursos: Cultura, História e Sociedade (CES/ UC), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Desenvolveu dissertação intitulada “Memórias de Rio e de Gente” sobre os desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana e segue com o trabalho de investigação nesta temática no doutoramento.

No município de Mariana, em Minas Gerais, mais de 300 famílias das comunidades rurais de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Camargos e Campinas foram atingidas. Veem-se diante da alteração do quadro de suas vidas, o que envolve desde atividades laborais a referenciais simbólicos até então mediados pelas águas do rio. No caso das famílias de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, mediante processos de negociação com o Estado e as empresas, foram transferidas para casas alugadas pela Samarco, onde permanecem até que sejam reconstruídas suas comunidades em outros terrenos. Negociações sobre o futuro circunscrevem moradoras e moradores em temporalidades incertas e, diante de um cotidiano atravessado por uma série de hostilidades, pela distância da antiga vizinhança e por adoecimentos de ordem física e psicológica, processos violentos sobrepõem-se.

Pretendo, neste ensaio, abordar as violências que imperam sobre atingidas e atingidos, tendo em vista a constelação de modos de existir transfigurados pelo rompimento da barragem de Fundão e as formas como as vozes afetadas têm encontrado caminho para que se façam ouvidas. Duas perguntas servirão como bússola: de que formas a violência tem vigorado com o desastre? E, a partir da experiência da violência, como é possível às atingidas e aos atingidos articularem discursos que os contem a partir do fluxo de seus próprios sentidos?

Para responder às questões propostas, farei um diálogo entre as aulas do seminário “Discursos da Violência” e os itinerários da investigação de mestrado realizada entre 2015 e 2018, metodologicamente inspirada na etnografia. Na altura, pude aferir, por meio de entrevistas, visitas aos lugares atingidos e observação de arenas de negociação, como as práticas da população afetada diferem-se daquelas adotadas pelas empresas e pelo Estado brasileiro. Tais agentes, ao praticarem um modelo predador de desenvolvimento e de progresso, terminaram por invisibilizar outros modos de existir, em processos que historicamente conheceram a marca da violência. No seminário cursado, por sua vez, fora longamente debatida a indissociabilidade da violência de uma constelação de conceitos, em especial, o trauma, a memória e o testemunho. Comportando um amplo espectro de definições, ora mais complexas, ora reduzidas a determinadas dimensões da experiência, cabe reconhecer a violência em relação a processos concretos e, por vezes, adjetivá-la.

Na próxima seção, discutirei os conceitos de violência e de desastre, aproximando-os ao tratá-los como processos que atravessam a experiência e deixam marcas na memória. O argumento será reforçado trazendo à tona as consequências do rompimento da barragem para as populações atingidas, que apoderam-se de múltiplos aspectos de suas existências. Trato das marcas deixadas pela lama nos vilarejos, dou atenção às práticas cotidianas alteradas e discuto uma série de audiências judiciais ocorridas para a provisão das reparações emergenciais às vítimas em 2016. Na seção seguinte, aponto possibilidades do testemunho das moradoras e dos moradores servirem não somente como substrato à reconstituição do seu passado, mas também à construção do presente e à organização de formas de luta.

2. Desastre em curso, violências estendidas sobre o tempo e o espaço

A tarde de 5 de novembro de 2015 era uma quinta-feira de verão em Belo Horizonte e o dia corria como outro qualquer. Eu estava em casa com a televisão ligada quando a programação foi interrompida para noticiar o rompimento das estruturas de um complexo de barragens na cidade de Mariana, a hora e meia dali. As notícias eram imprecisas, não se sabiam quantas barragens haviam rompido, tampouco as causas, embora a ocorrência de possíveis tremores de terra naquela região tivesse sido levantada. A confirmação era de que havia vítimas nos lugarejos à jusante do complexo de barragens. Busquei na internet mais notícias e, movida pelo vago teor das informações encontradas, resolvi no dia seguinte tomar um ônibus para Mariana, cidade que havia visitado uma vez por estar na rota do ouro e ter sido o primeiro município de Minas Gerais, fundado ainda em tempos coloniais.

Em Mariana, dirigi-me ao Centro de Convenções, para onde estavam sendo levadas roupas, alimentos e água para as famílias desabrigadas. Mesmo ali, as informações eram imprecisas, embora começassem a dimensionar a catástrofe:

No Centro de Convenções, pilhas e pilhas de roupas e alimentos, aos quais se assomam voluntários – tentam restabelecer alguma ordem em meio ao caos. As notícias começam a chegar. Do senhor que se salvou porque correu da lama seguindo os bichos, das famílias na madrugada tentando socorrer as outras, do filho desaparecido, das mortes não

anunciadas, dos alertas que vinham sendo dados, da sirene de aviso que não existiu. Entremeada no tecido da cidade, a mineração parece ocupar um lugar vacilante entre os atributos de benfeitora e ré. (Diário de campo, 06/11/15)

No dia seguinte, tentei me aproximar de Bento Rodrigues, o primeiro vilarejo atingido, mas logo após as primeiras placas que indicavam a proximidade da mineradora Samarco, dois de seus funcionários, estacionados em uma caminhonete junto à estrada, impediram a passagem. No mês seguinte, eu retornaria a Mariana três vezes, para reuniões² junto a moradoras e moradores que tentavam assimilar suas perdas ao mesmo tempo em que participavam de arenas de negociação com as empresas e o Estado. À medida que me aproximava do campo, percebia a negação das mineradoras de suas responsabilidades e a sinalização da continuidade de uma série de sofrimentos.

Entendi que o desastre extrapolava o rompimento da barragem, englobando suas consequências e condições prévias, das quais fazem parte sistemas processuais complexos. Mais do que um simples evento, qualquer caminho de investigação que eu tomasse deveria considerar, portanto, o desastre no sentido de uma temporalidade estendida, que deixa marcas na memória e obriga a reconfiguração das práticas, das subjetividades e dos modos de vida. De acordo com Norma Valencio (2014), desastres são continuados e devastadores, marcados pela violência e pela irrupção de crises sociais alargadas. Segundo a autora, os desastres estão associados a um acontecimento físico devastador e a um tempo social, sendo geradores de sofrimentos multidimensionais aos grupos afetados e problematizadores das injustiças sociais que os precedem. Nesta linha de raciocínio, José Manuel Mendes e Pedro Araújo (2016) inferem que os desastres revelam as dinâmicas das sociedades afetadas e a qualidade dos serviços estatais, sua organização e sua lógica de funcionamento.

² Em dezembro de 2015, participei de uma reunião entre atingidos e representantes da Organização das Nações Unidas; uma audiência no Fórum de Mariana para definir como se dariam as reparações e provisões emergenciais; e tentei participar de uma reunião promovida pela Samarco, cujo acesso fora negado. As viagens a Mariana foram possíveis em função do contato prévio com a ONG Arquitetas Sem Fronteiras e com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais.

Por estarem entrelaçados a questões que percorrem desde primas sociais e políticos ao plano das subjetividades feridas, a noção de desastre é indissociada do conceito de violência. Esta, embora encontre eco em diversas circunstâncias, incorpora em sua definição uma série de variações e ambiguidades. Conforme aponta António Sousa Ribeiro, usos difusos traduzem modos de percepção social diversificados, tendo a dimensão física da violência e o conceito de agressão adquirido um papel predominante em detrimento de outras dimensões do fenómeno (2013: 7). Na contramão do uso restrito do conceito identificado pelo autor, Johan Galtung (1990) extrapola o espectro da violência dimensionado em relação à dor e à agressão física e mobiliza a noção de violência estrutural, comportando formas sistemáticas de violência que promovem a distribuição desigual e impedem o desenvolvimento do potencial dos grupos humanos. Conforme analisa José Manuel Pureza (2013), Galtung fixou contornos ineditamente amplos para a concepção de violência, ao cortar o seu entendimento simplesmente como uma realidade com rostos pessoais nitidamente identificados para tocar nas violências resultantes do funcionamento das estruturas de regulação social.

Embora o desastre tenha mobilizado a atenção da sociedade brasileira, em decorrência da enormidade dos rejeitos derramados e da destruição provocada imediatamente após o rompimento da barragem de Fundão, somente percorrendo os lastros das falhas e das omissões que antecederam o rompimento e que marcam determinado *modus operandi* das atividades extrativistas e do Estado – prolongadas mesmo após o rompimento sob o argumento de manutenção de uma suposta normalidade social – é que poderemos compreender as adversidades atravessadas por atingidas e atingidos.

2.1 Da construção da barragem à terra em escombros

A mineradora Samarco compõe uma sociedade com a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton. Em Mariana, a empresa iniciou as suas operações na década de 1970, tendo passado por sucessivas etapas de expansão, que permitiram-na atuar desde a extração do minério à sua transformação em pelotas de ferro e exportação para o mercado internacional. Em Mariana, a estrutura da empresa centra-se no Complexo Industrial de

Germano, que envolve duas minas de extração de minério e três barragens de rejeitos, incluindo a barragem de Fundão.

Moradores entrevistados apontam a contaminação de leitos d'água antecedentes ao rompimento da barragem e a construção, no correr de anos, de tubulações da Samarco para o escoamento do minério em pequenas propriedades rurais sem as devidas indenizações às famílias. Com relação à construção da barragem de Fundão, alguns aspectos de sua instalação merecem ser lembrados. O primeiro diz respeito à sua alocação, nas proximidades das outras duas barragens de rejeitos e da zona habitada de Bento Rodrigues, em detrimento de outras possibilidades:

Chama a atenção o fato da barragem do Fundão ser a única opção, dentre as três alternativas, que produziria impactos e efeito cumulativo direto sobre as barragens do Germano, ao lado, e Santarém, a jusante, esta última onde se recuperava água para o processo de concentração. As outras duas alternativas se encontravam em outra microbacia que não drenam em convergência cumulativa em direção à comunidade de Bento Rodrigues [...] (PoEMAS, 2015: 52)

Ao privilegiar critérios econômicos, a escolha da localidade para a construção da barragem de Fundão desconsiderou a existência de Bento Rodrigues e das comunidades adjacentes. Outros estudos também apontam que a limitação técnica do Estudo de Impactos Ambientais da barragem não somente impossibilitou a previsão dos efeitos do rompimento da barragem, como também agravou os efeitos nas comunidades vizinhas (Mansur; Wanderley; Milanez et al, 2016). Com o início das operações na barragem, uma série de precarizações e falhas nos processos de fiscalização e monitoramento vigoraram, o que, por sua vez, sustentou-se na ausência de práticas de inspeção e de controle por parte do estado de Minas Gerais e do governo federal com relação às atividades mineradoras (Zhourri; Bolados; Castro, 2016: 13).

Após o rompimento da barragem de Fundão, as marcas da violência silenciosa que ocorria ao longo dos anos eclodiram no espaço. Seis distritos marianenses bicentenários foram contaminados, tendo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ficado destruídos. Em

uma de minhas visitas a esta última localidade, fotografei as cicatrizes deixadas no espaço e registrei no diário de campo as primeiras impressões pessoais:

Em Paracatu de Baixo, fora o som da água e dos pássaros, tudo o mais está silencioso. A igreja, a quadra de esportes e a escola são as primeiras estruturas vistas de pé, carregam a linha marrom como as árvores. Passos reticentes me levam primeiro à quadra. Com minha altura, quase alcanço a cesta de basquete, então me dou conta de que piso sobre mais de um metro de lama. Atravesso a cerca retorcida, contorno a igreja e me aproximo de uma área com dezenas de casas destruídas. Percebo um cão urinar sobre um cômodo. Sigo caminhando e sou tomada pela sensação de estar invadindo a vida de alguém.

Vejo o que não se ocultou pela terra, cerca de um metro de casas, estruturas sem telhados que deixam entrever as medidas dos cômodos e as peças soltas de um quebra-cabeças: parte de uma porta com interruptor, a estrutura da cama, o pedaço de um quadro na parede, o calendário, os azulejos, a chave intacta na fechadura, a cortina pousada ao chão, o tapete pendurado em uma bancada. Portas que já não guardam intimidades, interruptores que não acendem luz alguma, janelas que não abrem para o sol entrar, nem fecham nas noites frias, chaves que asseguram o vento, calendários que não conseguem contar os dias. (Diário de campo, 07/07/17)

Nas visitas às localidades atingidas não era incomum encontrar moradoras e moradores caminhando pelas ruas e pelos espaços que restaram de suas casas a buscar algum objeto que pudessem levar consigo e guardar memórias do lugar. Nas entrevistas realizadas, essas memórias vinham à tona, anunciando uma série de características do modo de vida comunitário, tais como a estreiteza das relações com a vizinhança, a proximidade com a natureza e a intimidade estabelecida com a própria casa:

Meu pedaço de terra era grande, que dentro da minha propriedade tinha horta, tinha pé de laranja, tinha galinheiro... Nesse terreno, eu tinha uma horta com nove canteiros de horta, nove canteiros! Menina, eu vendia duas caminhonetes de cana para os outros! Onze pés de laranja dando, pé de abacate, muda comprada, tudo já com fruta. A gente tinha pé de abacate, pé de acerola, pé de graviola, pé de condessa, tudo carregada de fruta. Tinha uma tira, assim, um canteiro, de inhame chinês, tira de mandioca, banana, tudo! Tudo o que era plantação lá tinha. (Dona Leontina, 81 anos, dona de casa, Paracatu de Baixo. 21/12/16)

A gente se encontrava muito na igreja, né, na igreja, na escola. Agora, as pessoas de lá, tinha quadra, que podia se encontrar, praça... então sempre tinha um jogo de futebol, né, onde os jovens reuniam e os mais velhos iam pra assistir... Tinha campeonato de truco... Então, assim, tinha bastante coisa pra fazer. (Angélica Peixoto, 51 anos, professora, Paracatu de Baixo. 16/12/16)

Embora os sujeitos entrevistados tenham enfrentado, ao longo da vida, uma série de privações para conseguir se estabelecer nos territórios, a vida nos distritos é lembrada por eles com cuidado. Com a saída forçada de casa, não somente práticas cotidianas, como planos de futuro e modos de vida foram interrompidos. No centro urbano de Mariana, onde temporariamente estão alocadas as famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a vida em casas e apartamentos pequenos é sentida negativamente, além do isolamento, devido à distância dos antigos vizinhos e vizinhas. Soma-se a isso a presença em espaços de negociação que não só imergem as famílias em vocabulários antes desconhecidos, como parecem prolongar as omissões da empresa e do Estado percebidas anteriormente ao rompimento da barragem.



Imagens: Paracatu de Baixo, Mariana, 2015. Arquivo pessoal.



2.2. A sala de audiências

Passados cinco anos desde o rompimento da barragem de Fundão, não houve reparação integral às perdas sofridas, punição aos responsáveis, tampouco ocorreu o reassentamento das comunidades. A partir de 2016, as vítimas sustentaram-se por meio daquilo que a Samarco denominou “auxílios”, que correspondem a 20 mil reais³ de antecipação de indenização para quem perdeu suas casas, um salário mínimo mensal por chefe de família e um valor correspondente a 20% deste para cada dependente. Ao longo de 2016, três audiências judiciais ocorreram no Fórum de Mariana, a fim de definir quais famílias estariam aptas a receberem esses auxílios. Nas audiências, que se estenderam das duas horas da tarde até depois da meia-noite, era preciso que os sujeitos enunciassem as perdas sofridas e a situação em que se encontravam para uma juíza, dois promotores de justiça e seis advogados da Samarco, da Vale e da BHP Billiton, além de membros das comunidades que aguardavam a sua vez sentados nas aproximadas 30 cadeiras da estreita sala de audiências. Esses momentos foram marcantes por evidenciarem a dificuldade de tradução dos modos de vida das vítimas aos enquadramentos técnicos e jurídicos definidos por entidades do Estado e pelas empresas.

Ao analisar esse cenário, Andréa Zhouri e outros (2017) destacaram a mobilização de uma série de dispositivos sob a justificativa de uma ação mais célere e eficaz, o que, por sua vez, acabou deslocando o eixo de investigação de possíveis crimes ou infrações para o eixo do tratamento administrativo dos “conflitos ambientais”, aos quais são dedicadas tecnologias de prevenção de disputas, com ênfase em acordos provenientes da construção de pretensos pactos harmônicos entre partes potencialmente litigantes. O que se observava na sala de audiências, portanto, era a permissividade à participação ativa das empresas em processos que se tornaram negociações e que não souberam abarcar com a dignidade merecida as narrativas atingidas.

Em um dos casos que presenciei, uma moradora de Paracatu de Baixo reivindicou o recebimento de um salário mínimo como reparação emergencial. Antes ela tinha uma horta, que utilizava para consumo, vendendo apenas o excedente. Após o rompimento, teve que sair de sua casa e, se antes não comprava nenhum tipo de verdura, passou a destinar a maior parte de sua renda à alimentação da família. Por entender que a moradora

³ No caso das famílias que perderam casas que habitavam durante os finais de semana, o valor atribuído foi de 10 mil reais. Para quem perdeu algum familiar, o valor atribuído foi de 100 mil reais.

não convertia suas plantações em renda substancial, a empresa negou a sua demanda, mesmo sob o argumento de que, com a horta, ela antes deixava de gastar alguma quantia em dinheiro.

Em outro caso, um morador de Bento Rodrigues também reivindicou o recebimento de um salário mínimo, desta vez por conta da perda de sua criação de galinhas, que contribuía para complementar a renda familiar. Sem os equipamentos que perdeu com a chegada da lama e um local para retomar a sua criação, seu projeto paralisou-se. Em outras situações, moradores dos distritos cujas casas continuaram de pé, mas que perderam área de plantação e/ ou convívio com a vizinhança, foram desconsiderados enquanto atingidos.

Nas audiências, houve também casos em que moradoras e moradores tiveram que expor, perante a antiga vizinhança e autoridades presentes, situações íntimas e violências familiares. Marcos Zucarelli, ao acompanhar uma audiência de conciliação em 14 de setembro de 2016, relata o caso de uma mulher que, embora não estivesse morando em Bento Rodrigues no dia do rompimento da barragem, precisou expor as violências sofridas pelo antigo companheiro para justificar a sua necessidade em receber o auxílio emergencial:

Em seu relato, a senhora teve de expor publicamente as agressões de seu marido e a ameaça de morte sofrida, motivo pelo qual saiu do subdistrito de Bento Rodrigues temporariamente, para morar junto com seus quatro filhos em uma garagem cedida por um parente na cidade de Mariana. Durante o período em que estava nessa moradia provisória, ela deu início à construção de uma casa própria no povoado. Faltava apenas a instalação da água e da energia elétrica para efetivar a mudança. No entanto, o objetivo de retornar à Bento Rodrigues foi interrompido pelo desastre e, como ela não estava morando na localidade no momento exato da catástrofe, as empresas não a reconheciam enquanto atingida, portanto, como portadora do direito de receber as medidas emergenciais. Os dramas desta senhora aumentaram havia dois meses, quando o parente precisou da garagem e ela teve de alugar um imóvel e arcar com mais esta despesa. (Zucarelli, 2018: 157)

Nas cenas descritas, fica notável que a complexidade das perdas não vem à tona nas zonas definidas para as provisões das reparações. A violência, portanto, cumpre-se

por meio do silenciamento de narrativas que traduzem modos de vida ou, podemos ainda afirmar, da negação dos próprios sujeitos que as enunciam. Subsiste às mesas de negociação aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2007) nomeou linhas abissais. Se na história colonial linhas cartográficas demarcavam o Velho e o Novo Mundo, distinguindo as metrópoles dos territórios coloniais, a divisibilidade produzida cartograficamente persistiu no tempo, extrapolando a geografia física e demarcando a separação entre culturas dignas de existir e lugares concebidos como desabitados de humanidade. Para Santos, as linhas abissais permanecem como metáfora do pensamento ocidental moderno e das relações sociais excludentes mantidas no interior do seu sistema-mundo. Entendendo que tais linhas não são rígidas e comportam uma série de atravessamentos e porosidades, é possível afirmar que elas se atualizam em distintos contextos, podendo inclusive ser mobilizadas para pensar as cenas de negociação descritas.

Entre as casas com quintais e a sala de audiências, uma série de invisibilidades e ausências são produzidas. De maneira distinta dos moradores, cujos vínculos entre espaço, tempo e subjetividade são estreitos, a participação das empresas responsáveis pelo desastre nas negociações em curso reproduz a racionalidade destas. Uma razão indolente (Santos, 2002), que toma outros conhecimentos como inexistentes e outras lógicas como atrasadas, repercute no caso na medida em que, em vez de terem suas exigências e seus direitos ouvidos e respeitados, as atingidas e os atingidos necessitam se enquadrar nos termos dos acordos e, de maneira exaustiva, exigir o seu reconhecimento e a realização da justiça.

Em aula magistral proferida em 2019,⁴ Santos afirmou que a violência existe na medida em que mantém e acirra as linhas abissais. Ao ressitua-las no contexto da sala de audiências, cabe afirmar que as violências fundam-se na reificação do outro e, em última instância, na falta de reconhecimento de sua humanidade. No caso de Mariana, enquanto em um dos lados da linha abissal sobressai a adequação dos discursos atingidos a termos técnicos, resumidos em prerrogativas para a autorização ou não do recebimento de “auxílios” emergenciais, do outro lado sobrevivem as vozes que encarnam a experiência

⁴ Aula “Metodologias pós-abissais: luta: experiência, corpo e autoria”, ministrada na Faculdade de Economia da Faculdade de Coimbra em 12 de abril de 2019.

do desastre. Na próxima seção, tratarei dessas vozes que acordam da catástrofe e buscam novos espaços onde possam ser ouvidas.

2 Do luto à luta: Narrativas da violência

Em um dos encontros ocorridos durante a pesquisa, a moradora e professora da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Angélica Peixoto, partilhou comigo alguns versos que escreveu para dar entendimento ao que passou a viver com o rompimento da barragem de Fundão. Reproduzo alguns deles:

Aprender a ser atingido

Tarefa difícil a minha,

Tarefa difícil a nossa:

aprender a ser atingidos.

Como assim?

Precisamos nos comportar como atingidos.

Tem comportamento próprio para atingido?

Não sei.

Sei que precisamos aprender a viver/ conviver com essa realidade.

Realidade que me faz pensar em direitos,

reuniões,

assembleias,

acordos,

fundação,

reconstrução,

reassentamento...

Conceitos que me deixam confusa.

Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como:

pedir,

exigir,

negociar,

lutar, certo, errado.

*Choro por isso.
Me sinto atingido por não saber ser atingido.
Perdi lar,
objetos afetivos,
sentimento de pertencimento,
acolhimento.
Conquistas
Não sei
como atingida, contabilizar minhas perdas
ou o que ainda posso perder. (...)*

A reconfiguração das práticas socioespaciais atingidas é marcada por trânsitos que envolvem reconhecer-se nas memórias dos lugares e dos destinos ali imaginados. Em uma espécie de viagem pelas próprias trajetórias, atingidas e atingidos retomam os laços estabelecidos nos terrenos habitados, construídos entre os espaços da casa, da rua e do rio. Diante das perdas sofridas, são convocados a se posicionar ativamente pela restituição de seus direitos. O processo de aprendizado é doloroso, já que o reposicionamento de si diante do próprio passado e do tecido social para o qual foram realocados exige uma série de elaborações. Frente à tarefa de significar o verbete atingido, emerge uma série de narrativas.

Enunciar experiências de dor e sofrimento é um desafio. Para Ribeiro, “quanto mais extrema a experiência da violência, mais problemático se torna trazê-la ao plano do discurso, mais precária se torna a possibilidade de representação” (2013: 25). Representar a violência é como representar o irrepresentável, aquilo que não encontra vazão nas cenas habituais. Walter Benjamin (1994), sobre os combatentes da I Guerra Mundial, conta que estes voltavam silenciosos dos campos de batalha, pobres em experiências comunicáveis. Com o desenvolvimento da técnica, tornaram-se habitantes de uma paisagem diferente em tudo, desprovida das relações sociais anteriores, quando os saberes eram transmitidos entre gerações.

É possível traçar uma relação entre a dificuldade em narrar as experiências e a agudização da violência. Ao tratar do testemunho, Silva (2008) afirma que este, em sua singularidade, só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade. Paradoxalmente, o testemunho torna-se uma condição de sobrevivência. Ele participa de

uma política da memória, sendo que nas catástrofes históricas a memória do trauma é uma busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e o coletivo.

Para Dominick LaCapra, o testemunho tornou-se um ato privilegiado de acessar o passado e suas memórias traumáticas:

O testemunho é uma condição necessária da ação e, em certos casos, é tudo o que cabe esperar de alguém que passou por uma experiência-limite. É também fundamental como maneira pela qual uma vítima ameaçada ou abandonada do trauma pode sobrepor-se à passividade e ao entumescimento, voltar a participar da prática social e adquirir uma voz que possa alcançar, em certas condições, um efeito concreto (...) (LaCapra, 2009: 25-25).

Para Ribeiro (2010), o testemunho apresenta-se como espaço de tradução conducente à superação do estatuto da vítima e à afirmação de uma memória pública. Ao debruçar-se sobre o Holocausto, o autor pontuou que, em um primeiro momento, processos judiciais deram relevo ao testemunho da vítima apenas para a formulação da prova, tendo todas as outras dimensões do testemunho sido secundarizadas. Nesse caso, reviver o trauma significou não um processo de libertação, mas uma nova penalização da vítima. A memória foi subordinada ao apuramento dos fatos e a testemunha tornada uma peça menor em uma máquina jurídica que a excede. Apenas no tribunal que julga Eichmann, ao ser dada voz às vítimas, passa a haver a possibilidade de encontrar um modo de enunciação público que permite ao sujeito que testemunha erguer uma identidade para além do trauma. Ocorre aí uma produção discursiva por parte das vozes até então silenciadas e excluídas e a construção de um discurso público do testemunho.

De acordo com Silva (2008), as cenas de litígio tendem a não garantir espaço para a fala muitas vezes fragmentada e plena de reticências dos testemunhos do trauma. Em Mariana, essa assertiva ganha nítidos contornos ao notarmos que atingidas e atingidos não são ouvidos na complexidade de suas perdas, que as reparações ainda se arrastam e que as vítimas começam a apresentar sinais de adoecimentos físicos e psicológicos. No caso do desastre, para haver justa reparação, é preciso ouvir o que as vítimas têm a dizer sobre as suas pertenças. Em outras palavras, é preciso que sejam ouvidas as lembranças de suas terras, de forma que as perdas não sejam enquadradas em categorias estéreis. No

⁵ Tradução minha.

entanto, a condição para que isso aconteça é que as empresas sejam realocizadas em seu papel de rés no processo, e não enquanto partes interessadas em negociações de perda e ganho. É preciso que se construa uma “zona de tradução comum”, sendo esta entendida como um processo no qual ambos os termos da relação são postos em movimento e são levados a pôr em questão os seus quadros de referência (Ribeiro, 2018).

Aquelas e aqueles que moravam nos vilarejos contam as suas histórias antes de simplesmente enumerarem as próprias perdas. Ao lembrarem, por exemplo, a própria casa, suas medidas expandem-se quando resgatam as plantas colhidas dos quintais e servidas à mesa. As atingidas e os atingidos não somente relatam suas perdas em termos quantificáveis, mas narram modos de vida em desmantelamento. Sem que se aprenda a linguagem daquilo que constituiu suas pertenças, o processo de reparação fragiliza-se.

Para finalizar esta seção, retorno a LaCapra (2008) que, além de ressaltar o valor do testemunho, pondera que ações objetivas devem ir além deste. Nesse sentido, chamam a atenção formas de resistir que encontram nos próprios terrenos marcados pela lama a sua expressão. Em Bento Rodrigues, por exemplo, moradores organizados no grupo Loucos por Bento acampam diversas vezes no distrito e em vários finais de semana encontram-se no lugar. Outras formas de resistência são as celebrações religiosas, nas quais a reapropriação dos terrenos é feita por meio da materialização dos saberes em manifestações culturais e simbólicas. Há, por fim, a realização de atos públicos em Mariana e o comparecimento, cada vez mais comum, em reuniões e assembleias com faixas que portam as demandas dos moradores e falas que enunciam as demandas coletivas.

4. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, ressaltei a correlação entre as noções de desastre e violência, tendo descrito uma série de situações que antecederam o colapso da barragem de Fundão e outras que o seguiram. Todas elas evidenciam a manifestação do desastre e da violência como processos continuados e ligados a questões estruturais que, em última instância, atingem a vida íntima daquelas e daqueles que se encontram na rota da catástrofe. Em Mariana, as violências prolongam-se, por conta da perda abrupta de tudo aquilo que ditava referenciais de vida, mas sobretudo porque as vozes atingidas não têm encontrado quem as ouça nas esferas institucionais desenhadas. Os relatos de suas perdas

são comumente adequados em termos de acordos, o que, além de não abarcar a complexidade das perdas, contribui para a geração de um quadro de sofrimentos e prolonga as violências sobre as vidas atingidas.

Neste cenário, o testemunho das vítimas importa por uma série de questões: 1) para que os habitantes dos distritos atingidos sejam reconhecidos como sujeitos com direitos ao cuidado de suas memórias e às reparações justas; 2) para que essas reparações não sejam feitas somente a partir dos termos das empresas e possam minimamente abarcar a complexidade das perdas; 3) para que as vozes que contam a catástrofe possam viajar e ser ouvidas em outros lugares que conheceram tragédias.

Se a catástrofe representada pelo rompimento da barragem de Fundão só pode ser experienciada no âmbito de quem com ela se viu abalado no âmago de suas biografias, é preciso que a essas pessoas seja concedido o protagonismo de se contarem e que, com isso, as narrativas que emergem dos desastres não sejam emitidas desde uma única voz e alcancem amplitude.

Referências bibliográficas

- Benjamin, Walter (1994), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Traduzido por Sergio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Galtung, Johan (1990), “Cultural Violence”, in *Journal of Peace Research*, 27(3), 291-305.
- LaCapra, Dominique (2009), “Historia y memoria a la sombra del holocausto”, in LaCapra, Dominique. *Historia e memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Mansur, Maíra *et al.* (2016), “Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton”, in Zonta, Marcio; Trocate, Charles (orgs.), *Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton*. Marabá, PA: Editorial Iguana.
- Mendes, José Manuel; Araújo, Pedro (2016), “Risco, catástrofe e a questão das vítimas”, in *E-cadernos CES*, 25, 10-27.
- PoEMAS (2015), *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/ Vale/ BHP em Mariana (MG)*. Mimeo.
- Valencio, Norma (2014), “Desastres: Tecnicismo e sofrimento social”, in *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(9), 3631-3644.
- Pureza, José Manuel Pureza (2013), “A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais”, in Ribeiro, António Sousa. *Representações da Violência*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, António Sousa (2010), “Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 09-21.
- Ribeiro, António Sousa (2013), “Introdução”, in Ribeiro, António Sousa. *Representações da Violência*. Coimbra: Almedina.

- Ribeiro, António Sousa (2018), “Traduzir e ser traduzido. Notas sobre discurso e migrações”, *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial, 55-70.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas abissais a uma ecologia de saberes”, *in Novos estud. – CEBRAP*, 79, São Paulo.
- Selligmann-Silva, Márcio (2008), “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, *in Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82.
- Zhour, Andréa; Bolados, Paola; Castro, Edna (2016), “Introdução”, *in ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume Editora.
- Zucarelli, Marcos Cristiano (2018), *A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto Minas-Rio e no desastre da Samarco*. Tese de doutorado, UFMG.